

VIVÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL: FATOS DO COTIDIANO¹

THE DOMESTIC VIOLENCE EXPERIENCE: DAILY FACTS

VIVENCIA DE LA VIOLENCIA CONYUGAL: HECHOS DEL COTIDIANO

Claudete Ferreira de Souza Monteiro², Ivis Emilia de Oliveira Souza³

¹ Trabalho extraído da tese “Marcas no corpo e na alma de mulheres que vivenciam a violência conjugal: uma compreensão pela Enfermagem”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela EEAN. Professora Adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Titular da EEAN.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher. Saúde da mulher. Enfermagem.

RESUMO: A violência conjugal se manifesta no cotidiano de algumas mulheres como fato repetitivo, cruel, por vezes naturalizado. A violência conjugal significada pela mulher que a vivencia é parte do seu cotidiano, envolta em brigas, empurrões, xingamentos, humilhações e vergonha. Foram entrevistadas 12 mulheres, vítimas de violência conjugal, em Teresina-PI. O estudo teve como objetivo compreender o significado da vivência de violência conjugal pela mulher vitimizada. Usou-se o referencial da fenomenologia para análise, com conceitos de Martin Heidegger. O método de análise compreensiva, utilizado neste estudo, permitiu que mulheres vitimizadas descrevessem suas vivências. Os resultados revelam que são mulheres aprisionadas no próprio lar e impedidas de participarem da convivência com familiares e em outros cenários da vida em sociedade. O estudo mostra que há uma constatação factual onde as marcas físicas são, principalmente, as mais relatadas.

KEYWORDS: Violence against women. Women's health. Nursing.

ABSTRACT: Domestic violence occurs daily for some women as a repetitive, cruel fact that at times seems almost common. To these women, domestic violence is a part of their daily life, surrounded by fights, shoves, swearing, humiliation, and shame. Twelve women who were victims of domestic violence in Teresina, PI were interviewed. The objective of this study was to understand the experience of domestic violence by the victimized woman. The phenomenological reference was used to analyze the interviews based on the concepts of Martin Heidegger. The comprehensive analysis method used in this study permitted the victimized women to describe their experiences. The results revealed that these women are prisoners in their own homes and are prevented from participating in companionship with family members and in other areas of social life. The study shows that there is factual evidence where the physical marks are principally those that are more reported.

PALABRAS CLAVE: Violencia contra la mujer. Salud de las mujeres. Enfermería.

RESUMEN: La violencia conyugal se manifiesta en el cotidiano de algunas mujeres como un hecho repetitivo, cruel, y, a veces, considerado como algo natural. Para la mujer la violencia conyugal significa que la vivencia es parte de su cotidiano, la cual se caracteriza por peleas, empujones, insultos, humillaciones y vergüenza. Para la realización de este estudio fueron entrevistadas 12 mujeres víctimas de la violencia conyugal en Teresina-PI. El estudio tuvo como objetivo comprender el significado de la vivencia de la violencia conyugal por la mujer perjudicada. Se ha usado el referencial de la fenomenología para análisis de conceptos de Martín Heidegger. El método de análisis comprensivo utilizado en este estudio, permitió que mujeres víctimas describieran sus vivencias. Los resultados revelan que son mujeres encarceladas en el propio hogar e impedidas de participar de la convivencia con sus familiares y de otros escenarios de la vida en sociedad. El estudio enseña que hay una constatación factual donde marcas físicas son, principalmente, las más relatadas.

Endereço: Claudete Ferreira de Souza Monteiro
Av. Cel. Costa Araújo, 323
64.049-460 - Bairro de Fátima, Teresina, PI.
Email: claudetefmonteiro@hotmail.com

Artigo original: Pesquisa
Recebido em: 15 de agosto de 2006.
Aprovação final: 26 de dezembro de 2006.

INTRODUÇÃO

O complexo fenômeno da violência conjugal em sua dimensão ôntica

A relação entre homens e mulheres tem mostrado caráter de dominação, sendo designado para a mulher a condição de submissão, retratada em obediência, reprodução, fidelidade, cuidadora do lar e da educação dos filhos. Os papéis destinados à mulher foram ao longo dos anos naturalizando-se, apresentando as mesmas características, de tal modo que nascer, viver e morrer em situação de submissão tem se configurado de forma comum na maioria das sociedades.

As primeiras tentativas de desnaturalizar esses papéis surgiram a partir da segunda metade do século XX, quando as relações entre homens e mulheres passaram a serem vistas, estudadas e compreendidas como “construções sociais”, sendo rejeitada as explicações tradicionais biologistas, que encontram como base um denominador comum para demonstrar várias formas de subordinação, entre essas o fato de que a mulher tem filhos e os homens a força muscular superior. Entretanto, as relações entre homens e mulheres devem ser pensadas como relações de gênero, e gênero entendido como uma maneira de referir aos papéis próprios dos homens e das mulheres, criação inteiramente social e não biológica.¹

A violência se manifesta na dimensão de desigualdade e é uma ameaça permanente à vida por sua alusão à morte e ainda por se caracterizar pela passividade e silêncio da vítima. A violência familiar atualmente é considerada um problema de saúde pública dos mais sérios e que precisa de mudança de comportamento na maneira de pensar e conduzir as relações entre as pessoas.² É essencial uma transformação nas relações do sujeito com o mundo, entendido como “experiências formadoras da primeira infância e toda história coletiva da família e grupo social”.^{3:34}

Assim, mudanças nas inter-relações na família, na escola e no sistema social atenuariam as desigualdades presentes entre homens e mulheres, haja vista que a violência conjugal entendida como questão de gênero toma por base questões culturais, educacionais, dominação econômica, tornando-se assim uma transgressão considerada “legal”. A sociedade, ao destinar papéis de submissão e passividade para a mulher, “[...]cria espaço para a dominação masculina, onde o processo de mutilação feminina é lento, gradual e considerado legítimo”.^{4:135}

Essa naturalização da violência contra a mulher pode ser encontrada em pesquisas realizadas em países emergentes, mostrando que as mulheres, em sua maioria, compactuam com a idéia da disciplina exercida pelo homem, concordando, inclusive, com o uso da força física caso seja necessário aplicá-la. Isto se traduz na obediência e submissão da mulher e na legitimação do direito do homem sobre esta.⁵

Discussões adotadas pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 09 de junho de 1994, na Convenção Interamericana para Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a violência foi então discutida e entendida como física, sexual, psicológica e de gênero. Houve ainda o reconhecimento do direito da mulher de ser livre de todas as formas de discriminação.⁶

Os atos de violação contra a mulher também foram alvos de reflexões e propostas da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995, e cujo relatório final expõe a afirmação de que a violência contra a mulher constitui obstáculo a que se alcancem os objetivos da igualdade, desenvolvimento e paz. A violência contra a mulher impede e prejudica ou anula o desfrute por parte dela dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.⁷

Os maus tratos infligidos à mulher repercutem em perdas significativas na saúde física, sexual, psicológica e nos componentes sociais, este último como rede de apoio para a qualidade de vida. A mulher vitimizada evita denunciar e se isola dos sistemas de apoio, o que a torna ainda mais dependente do seu agressor. Os atos de violência representam, para a saúde da mulher, uma carga negativa de tamanho semelhante ao HIV, às doenças cardiovasculares, aos cânceres e à tuberculose.⁸

As conseqüências dos agravos na vida da mulher são marcadas pela baixa da auto-estima, pelo medo, pelo isolamento social e até pela incorporação do sentimento de culpa. Surge com maior frequência, o sentimento de temor que paralisa e impede a mulher de buscar ajuda, bem como a atitude de diminuição do abuso na qual a mulher tende a minimizar a situação de violência em função de fatores como medo, falta de informação e de consciência sobre o que constitui realmente violência, e ainda pelo desejo de crer que o parceiro não é tão mau.⁹

Como conduta, surge também o isolamento, por meio do qual a mulher se distancia das possíveis redes sociais de apoio, inclusive da sua própria

família. Essa conduta aumenta a dependência e a limita para a possibilidade de ajuda. Por fim, a internalização da culpa, onde a mulher se sente responsável e merecedora de atos de agressão e as justifica referindo-se a falhas em seu comportamento. Atitudes como essas contribuem ainda mais para a baixa da auto-estima produzida na convivência da violência pela mulher.⁹

As implicações da violência conjugal na saúde da mulher ganham magnitude à medida que, através de pesquisas, os atos de agressão começam a sair da invisibilidade. A dificuldade de visualização dos agravos à saúde da mulher passa por fatores como o fato da violência acontecer em âmbito privado e por constituir-se em medo e vergonha, o que impede a mulher de torná-la pública.

Outro fator merecedor de destaque diz respeito aos profissionais de saúde, em especial aqueles diretamente ligados à área de atenção à saúde da mulher, onde nem os serviços, nem os profissionais encontram-se preparados para diagnosticar, tratar e contribuir para a prevenção da violência. Os profissionais precisam de treinamentos para reconhecer sinais de violência, principalmente os de caráter mais insidiosos. O setor saúde deve estar intimamente ligado a uma rede de apoio que passa pelas Delegacias de Atenção à Mulher, Casas de Abrigo, Serviço Social e outros.¹⁰

O manual de orientações para a prática em serviço sobre violência familiar, do Ministério da Saúde, aponta inúmeras conseqüências para a saúde física e mental das mulheres que sofrem violência, destacando-se lesões, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), aborto espontâneo, problemas ginecológicos, abuso de drogas, depressão, ansiedade e outros.¹¹

Entretanto, a violência é uma escalada perigosa que tende a crescer e no geral inicia com agressões verbais, passando para as físicas e/ou sexuais, atingindo seu ponto máximo no homicídio.¹²

Algumas reflexões sobre a forma como a Enfermagem busca hoje a compreensão humana sugere que os profissionais de Enfermagem, ao interagir com o ser-doente, valorizem ações como respeito, dignidade e amor ao próximo, procurando zelar pelo bem-estar daqueles que assistem. Esta reflexão mostra que a Enfermagem vê o ser humano como estando inserido num contexto social, educacional, econômico, cultural, para que o assistir se faça em toda a dimensão humana. Este também é o nosso

pensar, o que nos faz crer que a compreensão da vivência da violência, buscando contemplar a mulher como sujeito e não como objeto, nos aproxime mais, mostrando que o diálogo é porta de possibilidade de crescimento e ajuda para a mulher vitimizada.

Assim, o objetivo deste estudo foi compreender o significado da vivência de violência conjugal pela mulher vitimizada. O horizonte norteador baseou-se nas indagações de como a mulher vivencia a violência conjugal e qual o significado da violência conjugal a que é submetida cotidianamente.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, obedecendo todos os critérios éticos da Resolução 196/96 do CNS, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos. Os sujeitos foram 12 mulheres que vivenciam a violência conjugal e que após serem informadas dos objetivos do estudo aceitaram espontaneamente participar, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, sob parecer nº 058/2004. As mulheres foram ouvidas na Delegacia Especializada do Direito da Mulher, Zona Norte, em Teresina - PI.

Para a compreensão do significado da vivência de violência conjugal pela mulher, fomos buscar, através do método de análise existencial de Martin Heidegger, a compreensão do fenômeno. O método desvela por meio do discurso do ente e questiona o sentido do ser. "Ser é sempre ser de um ente [...] e ente é tudo de que falamos tudo que entendemos com que nos comportamos dessa ou daquela maneira, ente é também o que e como nós mesmos somos".^{13:27}

Para desvelar o significado da violência, alguns passos foram considerados especiais. O primeiro deles foi a nossa aproximação com as mulheres, o esclarecimento sobre a pesquisa e a concordância em participar do estudo. O segundo passo iniciou com a descrição do fenômeno, dada através da linguagem. Para tanto, foi solicitado como horizonte norteador que as mulheres falassem livremente como era a vida ao lado do parceiro. As falas foram gravadas em fitas cassetes e transcritas imediatamente após a entrevista. O terceiro passo foi de alerta, no qual realizamos uma suspensão de juízo de valor ante o fenômeno descrito. Esta etapa é chamada de *epoché* e constitui-se na suspensão de toda carga de crenças, significado, percepções que detínhamos sobre o fenômeno.

Após a suspensão ocorreu a leitura e re-leitura da descrição, surgindo as unidades de significação,

entendidas como sendo a compreensão vaga e mediana das mulheres sobre o significado da vivência da violência. Essa compreensão, em Heidegger, representa a maneira de compreensão do mundo, sua relação, como vive, como atribui significado. Este é o primeiro momento metodológico que revela a dimensão factual do fenômeno e é este momento que se buscou evidenciar neste estudo. A análise se fez, portanto, a partir das unidades de significação, discutidas e analisadas com base no referencial filosófico de Heidegger.¹³ Trata-se da busca do ser, não mais como categorias meramente elaboradas, mas como estruturas existenciais capazes de mostrarem o fenômeno em si mesmo.¹³

A fenomenologia é uma opção de caminho na pesquisa em enfermagem que possibilita conhecer um saber que não vem de fatos e números, como endereço, situação socioeconômica ou de resultados laboratoriais, mas um saber que vem do cliente e se encontra velado e cuja apreensão permitirá um cuidar mais humanizado.¹⁴ Assim é a violência, não basta conhecê-la em números e nos seus vários tipos, mas também a partir das necessidades contextuais e existenciais de quem a vivencia.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Partindo da leitura dos textos, nos quais o discurso das mulheres aponta para a compreensão vaga e mediana sobre o fenômeno, surgiram estruturas que se mantiveram determinantes em todo o modo de ser da presença, ou seja, mostra aquilo que o fenômeno representa para as mulheres no seu modo de ser cotidiano e, a partir daí, foram agrupadas em unidades comuns, ditas unidades de significação. Nestas unidades, as falas expressam significativamente o que as mulheres pensam, percebem, sentem e se comportam em relação ao pesquisado. Elas correspondem à dimensão ôntica do fenômeno, e a análise com base nos conceitos do filósofo Martin Heidegger corresponde à dimensão ontológica, ou seja, o sentido que se revela.

Na unidade de significação I, é possível compreender que as mulheres expressam a vivência de violência conjugal por sintomas de ordem física.

[...] me espancava e só ia à tireóide, eu botando sangue no nariz e ele batendo só na minha cabeça. Eu tenho ficado com problema na minha saúde, gravidez de alto risco e minha pressão fica sempre oscilando, tudo por causa de engolir raiva (Sra. A).

Minha primeira gestação eu perdi, não sei se foi por causa de um murro que ele me deu. Ele me bate até na frente dos filhos

e olbe [mostra a mão], eu tenho este dedo aqui aleijado, ele bateu na frente da menina, foi numa manhã de domingo de carnaval, eu senti depois que ele me bateu o dedo ficar solto, tremendo, eu tinha que engessar, mas eu fiquei com vergonha de ir e lá [na clínica] e ter que dizer como foi (Sra. B).

Passsei oito dias internada com ameaça de parto prematuro, acho, às vezes, que foi mesmo dos sopapos, dos gritos e das coisas que ele me fazia. Certa vez ele me esmurrou, fiquei com o olho escuro, passava pó, botava óculos, para as pessoas não verem e o pior que só vai no rosto da gente (Sra. E).

Eu já peguei duas doenças sexualmente transmissíveis e até o momento eu nunca falei isso para ninguém. Passei vergonha no local de trabalho, pois foi lá que eu me tratei (Sra. D).

A compreensão expressa nestes depoimentos revela que a vivência de violência deixa marcas descritas como sintomas de doenças e sempre revestidas de um grande sofrimento moral. Estas depoentes mostram o corpo como sinalizador e revelam sintomas que também se encontram no modo de ser da cotidianidade. Estes sintomas se referem à hipertensão, alterações da tireóide, aborto, parto prematuro, membros do corpo quebrados (no caso o dedo da mão) e ainda o surgimento de doenças sexualmente transmissíveis. Estes sintomas não são violência em si, mas podem estar velando o fenômeno da violência. Para Heidegger, “o que se tem em mente são ocorrências que ao se manifestarem ‘indicam’ algo que em si mesmo não se mostra”.^{3:59} Para o filósofo, “a marca mostra onde se está. Os sinais mostram, primordialmente, em que se vive, junto a que ocupação se detém, que conjuntura está em causa”.^{13:123} No caso destas mulheres, é a violência que se faz habitual e o corpo é instrumento sinalizador, é nele que estão às marcas do seu modo de viver humano.

Na unidade de significação II, as mulheres expressam a vivência de violência conjugal por um cotidiano imerso em conflitos constantes com o parceiro, descritos por violência física, sexual e psicológica.

Quando chegava em casa ele começava me batendo sem ver pra quê. Chegava a sair sangue do meu nariz, era tapa no meio da rua mesmo, me arrastava pelos cabelos e todo mundo via. Apanhava na frente da minha filha (Sra. L).

Na relação sexual às vezes eu ficava assim com ele por uma questão de obrigação, eu chorava sem sentir nem prazer, o tempo foi passando e eu queria ter coragem de dizer não (Sra. D).

Passava de 24 horas fora de casa, gastava e quando chegava é como se nada tivesse acontecido, e quando era à noite ele vinha me procurar e eu não aceitava, ele começava a dizer que ele era o meu marido ou se eu não aceitasse era porque eu tinha

outro. Agora procuro dormir com minha filha, aí ele não tenta muito, senão ele força mesmo, mas antes me obrigava, às vezes ele ficava fazendo em cima de mim e eu chorando (Sra. B).

Quando ele vem falar comigo ele me chama de rapariga, sem-vergonha. Ele não tem o que fazer, quando ele pega a minha mixaria, fica me humilhando (Sra. I).

Os relatos revelam brigas, humilhações, medo e a presença tanto de violência física, sexual e psicológica. A vivência de violência conjugal se torna algo indecifrável, de tal modo que essas mulheres nem conseguem perceber quão violentadas se encontram. O dia-a-dia é de sobressalto, nunca sabem quando vão ser espancadas e nem como será o espancamento. Na vivência sexual, são mulheres que se mostram submissas, dependentes, que se sentem sozinhas e que se tornam profundamente magoadas por se verem obrigadas a submeterem-se a objeto sexual do outro. O estar-só é uma maneira ou modo deficiente de ser-com, pois o ser é essencialmente convivência, é o compartilhamento com o outro. O fato de estar-só não se desfaz, porque junto a este ser encontra-se um outro ser.¹³ Assim, essas mulheres, por mais que convivam com seus parceiros, sentem-se nesta disposição de estar-só, numa convivência silenciosa e encoberta pelo dominado.

Na unidade de significação III, as mulheres expressam a vivência de violência conjugal por carência de cuidados e afeto, aprisionamento, isolamento, baixa da auto-estima.

Deixa a gente sem rumo na vida, é como se a gente tivesse um nó, um grito preso na garganta, e a gente olha em volta, vê os filhos, os pais da gente, as pessoas, os amigos, os vizinhos. Esses eu nem falo, morro de vergonha e aí a gente aprende cada vez mais. Não tem saída, o tempo passa, a gente espera melhorar e nada, parece que quando mais tempo passa mais vai ficando ignorante (Sra. H).

Eu não tenho direito de me divertir, eu já tentei trabalhar, mas ele não quer, diz que meu lugar é dentro de casa, sozinha ao lado dele, carente de tudo (Sra. A).

O que adianta ser livre sem ter a minha liberdade? Sou livre para viver dentro de casa. Eu não tenho quem me ajude, eu não sei com quem falar, eu não sei me virar. As portas ficaram fechadas para o resto da minha vida (Sra. C).

Eu tenho medo de ficar só, tenho medo até de entrar sozinha no quarto. Não sei direito o que falo, o que penso, o que faço, só sei que sofro muito e cada dia o sofrimento aumenta mais, não tem fim (Sra. M).

Nos relatos dessas mulheres, é possível perceber que as mesmas compreendem a vivência da violência conjugal por marcas que não estão visíveis,

que não são facilmente diagnosticadas, que se mesclam com outros sintomas, mas que são de caráter tão intenso e duradouro que parecem modificar desde o tom da voz, o brilho do olhar, até mesmo o gesticular das mãos. Essas marcas encontram-se na dimensão subjetiva e só se tornam aparentes quando são reveladas por quem as sentem. As mulheres deste estudo falam em sofrimento, tristeza e medo.

A compreensão vaga e mediana revela um aprisionamento e um encobrimento em si mesmo. São mulheres que, de certa forma, deixam-se aprisionar. Este aprisionamento se faz no espaço doméstico e são relatados como não poderem mais sair de casa, não visitar os familiares, amigos. Elas revelam perda do interesse social e da con-vivência com os outros. O espaço, além delas mesmas, reside no espaço do lar, da casa, dos filhos, do marido, da violência. A indiferença com que essas mulheres são tratadas em casa contribui para que elas permaneçam na inautenticidade. Não é dado a essas mulheres um acolhimento que possibilite ultrapassar esse modo da inautenticidade. Esses são modos de “[...] deficiência e indiferença que caracterizam a con-vivência cotidiana e mediana um para o outro”.^{13:173}

Refletindo ainda sobre a compreensão vaga e mediana da vivência de violência conjugal pelas mulheres, percebe-se que existe também uma outra forma de aprisionamento, manifestado pela humilhação e vergonha que as mulheres sentem delas próprias por estarem se entregando à vivência de violência. O aprisionamento, tão profundamente enraizado, encobre em si mesmo sentimentos de negação, de submissão, de causa e de ocultamento, que reflete em uma auto-estima fragilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão vaga e mediana das mulheres deste estudo, é possível apontar sentidos da vivência de violência conjugal que se manifestam na dimensão cotidiana. Esta cotidianidade é repleta de conflitos constantes com o parceiro, de submissão, menosprezo, solidão, humilhação e vergonha. Cotidiano é então percebido como “[...] modo de ser em que a pré-sença se mantém, na maior parte das vezes e antes de tudo”.^{13:168}

A violência conjugal é parte do cotidiano das mulheres deste estudo, cotidiano esse que se encontra envolto em brigas, empurrões, xingamentos, humilhações e vergonha. Há uma constatação factual de que as marcas físicas são, principalmente,

as mais relatadas. Entretanto, os depoimentos deixam transparecer efeitos negativos na saúde mental dessas mulheres, principalmente pela humilhação, sofrimento e vergonha que afetam sua auto-estima e definem sua relação para com o outro, uma relação de um ser-com deficiente.

A mulher se revela como ser dependente emocional e financeiramente do seu companheiro, sem nenhuma ou com pouca perspectiva de crescimento, o que se configura por perdas intensas que se relacionam com a qualidade de vida tanto da mulher quanto de todos os envolvidos.

Os dados da pesquisa indicam que apesar dos relatos serem mais expressivos em relação às marcas físicas, a violência a que são submetidas no cotidiano produz um sofrimento existencial intenso. A mulher vitimizada para sair desse contexto, necessita ampliar as suas possibilidades de escuta. Nesse sentido, a divulgação dos órgãos como as Delegacias da Mulher, Casa Abrigo, Disque Mulher deve ser melhor informados em linguagem que chegue até essas mulheres. Estes são órgãos de denúncia, entretanto o setor saúde deve envolver-se mais, com profissionais treinados que dêem oportunidade para que a mulher fale livremente sobre suas relações familiares, quer seja durante a consulta ou outra atividade na qual essa mulher possa estar envolvida.

O estudo revela um cotidiano de intenso adoecimento em consequência dos atos agressivos e, embora violência não seja doença, liga-se ao setor saúde por ser esta a primeira porta de acesso da mulher na busca de cuidados e, como enfermeiras, o olhar atento, a escuta, o diálogo devem fazer parte do nosso cuidar, um cuidar que Heidegger aponta como “preocupação” e que, para a existência do ser, antes de tudo e no final, o cuidar é a referência.¹³

REFERÊNCIAS

- 1 Scott J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. 2a ed. Recife (PE): SOS Corpo; 1995.
- 2 Waidman MAP, Decesaro MN, Marcon SS. Convivendo com a violência familiar. In: Luz AMH, Mancia JR, Motta MGC, organizadores. As amarras da violência: a família, as instituições e a Enfermagem. Brasília (DF): ABEN; 2004.
- 3 Gomes VLO, Fonseca AD. Dimensões da violência contra crianças e adolescentes, apreendidas no discurso de profissionais e cuidadores. *Texto Contexto Enferm.* 2005; 14 (Esp.): 32-7.
- 4 Grossi PK. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais de saúde. In: Lopes MJM, Meyer DE, Waldow VR, organizadoras. Gênero e saúde. Rio de Janeiro (RJ): Artes Médicas; 1996.
- 5 Organização Mundial de Saúde. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra (Suíça): OMS; 2002.
- 6 Agende Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. 10 anos da adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher: convenção de Belém do Pará. Brasília (DF): AGENDE; 2004.
- 7 Organização das Nações Unidas. Anais do 4o Conferência mundial sobre a mulher; 1995 Set 4-15; Beijing, China. Rio de Janeiro (RJ): FIOCRUZ; 1996. 353p.
- 8 Camargo M. Violência e saúde: ampliando políticas públicas. *Rede Saúde.* 2000 Nov; (22): 6-8.
- 9 Larrain SY, Rodríguez T. Los orígenes y el control de la violencia doméstica en contra de la mujer. In: Organización Pan-americana de la Saude. Gênero, mujer y salud en las América. Washington (USA): Ed. Elsa Gómez Gómez/OPS; 1993.
- 10 Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Políticas de Saúde. Gestão de Políticas Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexuais contra a mulher e adolescentes: Normas técnicas. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1999.
- 11 Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2002.
- 12 Saffioti HIB, Almeida SS. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro (RJ): REVINTER; 1995.
- 13 Heidegger M. Ser e tempo. Parte I. 12a ed. São Paulo (SP): Vozes; 2002.
- 14 Simões SMF, Souza IEO. O método fenomenológico Heideggeriano como possibilidade na pesquisa em enfermagem. *Texto Contexto Enferm.* 1997 Set-Dez; 6 (3): 50-6.